



O Jornal do Bloco C

“Com base nas teorias do sociólogo Max Weber, o movimento se apoia na teoria de 'neutralidade axiológica do conhecimento' para eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar”



ESCOLA SEM PARTIDO A IDEOLOGIA DA NEUTRALIDADE

CAMPEONATO INTERCURSOS DA UNIFAP
(Página 7)



EVENTOS NO CENTRO DE VIVÊNCIA
(Página 8)



EDIÇÃO 01

15/09/2016

**MEIO AMBIENTE
(PÁGINA 2)**

As transformações socioambientais decorrentes destes projetos hidrelétricos já são observadas e sentidas principalmente por quem mora na localidade. Grande parte das intervenções estruturais desenvolvidas em Ferreira Gomes propiciou impactos negativos ao município.



Estudantes da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) reclamam da qualidade e diversidade dos alimentos servidos pelo Restaurante Universitário (RU)
(Página 4)

**CIÊNCIAS SOCIAIS
(PÁGINA 5)**

O Coordenador deve ser proativo, com o perfil de um gestor de oportunidades, contrapondo-se ao de gestor de recursos, burocrata, cultor do status-quo, com atitudes apenas reativas.

**Opressão Contra a Mulher
(Página 6)**

No dia 17 de agosto ocorreu na Unifap uma roda de conversa com o grupo de mulheres “Nós por Nós”

**O Nome Social
(Página 4)**

É preciso falar sobre o nome social, que no qual possui como principal característica a identidade trans, que foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff.

O RISCO E AS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA AMAPAENSE: O CASO DAS HIDRELÉTRICAS NO MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES

O município de Ferreira Gomes está situado na região sudeste do Estado, distante 137 km da capital Macapá, e possui uma população aproximadamente de 6.141 habitantes. As hidrelétricas UHE Ferreira Gomes e UHE Cachoeira Caldeirão fazem parte do projeto do Governo Federal PAC 2, plano que tem como uma das metas expandir o sistema energético brasileiro. O desenvolvimento estrutural do Estado requer condicionantes que atraíam o setor empresarial para se integrar como potência econômica tanto a nível regional quanto nacional.

Dessa maneira, a implantação desses empreendimentos busca aperfeiçoar a produção de energia no Amapá. Todavia, no caso das hidrelétricas, advêm impactos não esperados. A construção de Barragens nos rios da Amazônia é sustentada pelo governo brasileiro sob a lógica do crescimento econômico do país, porém, ao custo de diversos impactos sociais e ambientais.

As transformações socioambientais decorrentes destes projetos hidrelétricos já são observadas e sentidas principalmente por quem mora na localidade. Grande parte das intervenções estruturais desenvolvidas em Ferreira Gomes propiciou impactos negativos ao município.

De acordo com o Portal de Notícias G1, as hidrelétricas na Bacia do Rio Araguari têm mudado a rotina dos moradores. De acordo os relatos dos pescadores “os empreendimentos causaram prejuízos e afetaram a rotina de quem depende do rio para sobreviver.” (G1, 19/02/2016). Desde 2014 são registradas mortes de diversas espécies de peixe no Araguari, afetando diretamente a população que tem como base de seu sustento a atividade pesqueira. O último caso foi registrado em 24 de janeiro de 2016, segundo o relato de uma pescadora para o site do G1, que ao sair para pescar constatou varias espécies mortas “nós vimos a quantidade grande de peixes mortos quando fomos ao rio Araguari e pegamos uma quantidade para mostrar ao delegado, em Macapá. Está complicado, porque não conseguimos pescar nem para comer” (G1,25/01/2016).

Segundo o laudo do Instituto de Meio Ambiente do Amapá (IMAP), “as mortandades de peixes foram resultados de uma supersaturação da água provocada pela hidrelétrica”. (G1, 05/02/2016)

No dia 12/05/2016 os pescadores atingidos pela barragem fizeram um ato em frente à sede do Ministério Público Federal – AP. Uma das principais reivindicações era referente à postura do instituto de Meio Ambiente do Amapá (IMAP) em não chamar a comunidade para dialogar sobre a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (Taca) junto à hidrelétrica Cachoeira Caldeirão. De acordo com a Associação dos Atingidos por Barragem (Atinba): “Ele [o termo] é tendencioso. Beneficia e compensa só a empresa. Não fomos ouvidos pelo Imap e nem pela hidrelétrica. Queremos compensação financeira, tanques, redes, alevinos, ração e uma fábrica de gelo para a população que está passando necessidade. Até hoje não tivemos compensação”. (G1,12/05/2016)

Outro pescador disse “Nós fomos prejudicados pela empresa que até agora não deu uma solução. No período defeso ninguém recebeu e nem pescou. Até a caça não tem mais porque com a hidrelétrica os bichos foram embora. A gente tem que se manter com farinha, macaxeira e açaí”. (G1,12/05/2016)



No dia 07 de maio de 2015 “a cidade foi inundada após a liberação de um volume de água pela usina hidrelétrica cachoeira caldeirão. Mais de 1,4 mil pessoas foram atingidas pela enchente.” (G1, 27/05/2015). Segundo a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão

A concessionária da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, emitiu nota em que informa que "devido a cheia do rio Araguari, realizou a abertura controlada na ensecadeira da 2ª fase para permitir a passagem das águas do rio, e garantir a segurança das estruturas e comunidades ribeirinhas, não provocando danos às pessoas, equipamentos e ao meio ambiente" (G1, 07/05/2015)

Após o incidente a população mobilizou-se junto ao Ministério Público Estadual para reivindicar providências. Mais de 700 ações foram ingressadas por moradores de Ferreira Gomes contra a empresa Cachoeira Caldeirão. A comarca do município concedeu 363 sentenças favoráveis às pessoas que entraram na justiça para receber indenização por danos materiais causados pela enchente”. (G1, 11/12/2015)

Os moradores atingidos relatam a ausência do poder público em discutir as transformações presentes na vida das populações em Ferreira Gomes, e os impactos diretos e indiretos estão presentes na dinâmica socioambiental de Ferreira Gomes.

Um dos grandes motivos pelos quais estes empreendimentos hidrelétricos são questionados é a prevalência de muitos casos de violação dos direitos humanos e respeito à biodiversidade. Nesse sentido, estas populações estão inseridas na sociedade de risco, pois sofrem constantes ameaças pelo modelo de desenvolvimento econômico proposto. É preciso uma maior fiscalização por parte do poder público no intuito de atuar de forma clara, portanto, conforme a Lei para garantir os direitos das populações afetadas. A industrialização desordenada e o risco chegam mais intensamente à Amazônia; todavia, encontram um povo de uma cultura imensamente forte para resistir a esses processos.

Revisão: Tom Reis



ESCOLA SEM PARTIDO A IDEOLOGIA DA NEUTRALIDADE

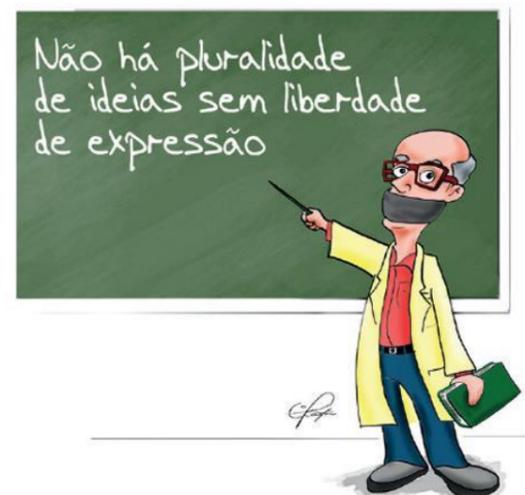
A Educação Brasileira vive um grande debate sobre o papel do educador nas escolas. O ofício de ensinar vem sendo questionado por um movimento denominado 'Escola Sem Partido'. Miguel Nagib, procurador do Ministério Público, foi precursor em pregar o 'assédio ideológico' como prerrogativa que fundamenta esse movimento.

O Movimento inspirou dois projetos de leis idênticos, um no Senado e o outro na Câmara dos Deputados Federais, que pretende alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para a inclusão do "Programa Escola Sem Partido". De autoria do Senador Magno Malta (PR - ES) e do Deputado Federal Izalci Ferreira (PSDB - DF), os Projetos de Lei 193/2016 e 867/2015 respectivamente defendem a implantação desse programa. Ainda, na Câmara dos Deputados, com autoria do Parlamentar Rogério Marinho (PSDB-RN) tramita através do PL 1411/2015, pedido que tipifica o "assédio ideológico" como crime e prevê punições que pretendem alterar o Código Penal e incluir detenção de três meses a um ano para professor ou profissional escolar que praticar essa violação.

A grande discussão que causa mal-estar entre os professores, membros do judiciário, Ministério Público, alunos e da sociedade, e também divide opiniões, é a forma como o "Programa Escola Sem Partido" define a função do Professor, ao afirmar que professor não é 'Educador' e tão somente 'transmissor de conhecimento' traçando uma separação entre o papel da escola e o da casa. Como proposta, o projeto de lei sugere a afixação de um cartaz em todas as salas de aulas do ensino fundamental e médio com seis deveres do professor, que de acordo com o programa se trata de coibir o 'abuso' da liberdade de ensinar.

O Programa é um movimento político de direita na educação que contribui para práticas preconceituosas, discriminatórias e excludentes que foi impulsionado nacionalmente para propagar a ideia de que os estudantes são alvo de doutrinação política e de que os valores morais subjetivos são afrontados por uma tendência ideológica de gênero reproduzida nas escolas. Mas, discutir a pluralidade social é muito diferente de doutrinar. Com base nas teorias do sociólogo Max Weber, o movimento se apoia na teoria de 'neutralidade axiológica do conhecimento' para eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar.

Em Nota Técnica, o Ministério Público considera que o PL Escola sem Partido é inconstitucional porque "está na contramão dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, especialmente os de 'construir uma sociedade livre, justa e solidária' e de 'promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação'". Para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) esse "Projeto coloca o professor sob constante vigilância, nega a possibilidade de ampla aprendizagem, contraria o princípio do Estado Laico, confunde a 'educação escolar' com a fornecida pelos pais, impede o pluralismo de ideias e de concepções ideológicas diferentes e nega a liberdade de cátedra aos professores".



Cabe dentro desse contexto, se perguntar o que é Educação? A Constituição Federal do Brasil, no artigo 252, diz que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Ora, educação é um construto social, intelectual e cultural, na qual não se pode professar o conhecimento sem incluir a diversidade, tolerância, igualdade de gênero, o respeito e a valorização das diferenças. Quanto mais amplas forem as discussões em sala de aula, maior o esclarecimento sobre as transformações sociais e maior a ruptura com a discriminação social. Não se pode permitir que questões de gênero e orientação sexual sejam abolidas das discussões do âmbito escolar, pois estaríamos fadados ao retrocesso com uma Educação conservadora, elitista e patriarcal.

O "Programa Escola Sem Partido" tem um nome sugestivo, aparentemente uma intenção democrática, mas maquia 'pré-conceitos' e retrocessos ao pensar a formação de novos cidadãos, burla a democracia, a liberdade, a capacidade de senso - crítico das escolas.

Pertence a sociedade, aos pais e a comunidade escolar a participação no processo de construção de uma Educação de qualidade e eficaz. E, a formação de futuros 'cidadãos' esclarecidos e com conceitos menos pré-determinados. Por uma educação democrática, laica, participativa e livre sou contra o 'Movimento Escola Sem Partido', e você? Acesse o site do Senado Federal e consulte na íntegra o projeto de lei e participe da consulta pública.



Imagens: Maria das Neves

ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP) RECLAMAM DA QUALIDADE E DIVERSIDADE DOS ALIMENTOS SERVIDOS PELO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO (RU)

A alimentação que é oferecida três vezes ao dia (desjejum, almoço e jantar) aos acadêmicos, funcionários e visitantes da instituição, deve seguir os princípios da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), no entanto, os acadêmicos reclamam a falta de diversidade da comida vegetariana, receosos que o consumo exagerado de soja prejudique sua saúde. Os acadêmicos alegam ainda que muitas vezes os ingredientes usados no preparo das saladas não aparentam boas condições para o consumo. Outros relatos dizem que as filas enormes são geradas devido à demora no atendimento do local.

Revisão: Luana Darby



Fonte: selesnafes.com

O NOME SOCIAL

POR CHARLES CARDOSO

É preciso falar sobre o nome social, que no qual possui como principal característica a identidade trans, que foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff. Esta medida foi considerada uma das mais importantes para os integrantes do movimento LGBT, pois tem em vista a resistência e luta contra o pensamento transfóbico que está fortemente presente na sociedade dos dias atuais.

A busca por esclarecer se faz presente a partir do momento que se entende que o ônus da transformação social que se quer, não deve recair em indivíduos, mas sim na transformação das estruturas sociais, e que juntamente com tais transformações, por meio das lutas sociais e o respeito, se terá avanço e por fim a derrubada do então conceito “transfobia”, que se contrapõe e enfraquece a liberdade e legitimidade de gênero, e que fortemente exclui a participação desses sujeitos, e a negação dos seus direitos.

Os direitos ao nome social não foram meramente concedidos em virtude de uma suposta mudança abstrata na sociedade, eles são frutos de luta por reconhecimento e respeito de uma população, que está vinculada ao existir *cidadania* e para pessoas trans não pode ser diferente, mesmo vivendo em uma sociedade supostamente normativa, cheia de padrões que precisam ser quebrados e encarados de acordo com a constante mudança em sociedade.

O fato de entender os motivos que levam a frequente e grande evasão escolar, expulsão familiar, exclusão no mercado de trabalho, entre outros pontos, vem comprovar o quanto as subjetividades Trans não são bem postas pela hegemonia da sociedade. Cassar os direitos do travesti ou transexual de ser reconhecido pelo nome social é até um ato criminoso, verbal, e moral e na maioria das vezes é a base central da aplicabilidade da violência contra este gênero.

Precisa-se entender que ser travesti ou transexual não é uma escolha. Esse sentimento de pertencer a uma outra identidade vem desde a infância. Até que a pessoa assuma, é um longo caminho. Quando alguém opta em chamar por um nome masculino alguém que lutou para se portar e se vestir como mulher, nega-se todo o direito e o processo que este alguém lutou e sofreu para conseguir.

Ao contrário do que muitos pensam, o nome social não é um mero “capricho”. A pessoa precisa ser reconhecida, como qualquer indivíduo, e isso passa pelo nome. Não basta para ela estar bem consigo mesma. Ela vive em sociedade e precisa do respeito dela, afinal, ninguém quer ser invisível.

RICARDO TEIXEIRA - REDATOR

Como você quer que eu te chame?



O COORDENADOR DE CURSO: ATRIBUIÇÕES, DESAFIOS ATUAIS E A ESCOLHA DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

A antiga LDB, Lei 5.540/66, definia o departamento como a menor estrutura acadêmica da IES. Na maioria dos casos o departamento era constituído por um único curso e o chefe do Departamento acumulava a função de coordenador do curso. O departamento servia mais como uma unidade vinculadora do corpo docente de um curso. Nesse sentido, o coordenador de curso, que supostamente (mesmo pela antiga LDB) deveria cuidar dos aspectos acadêmicos do curso, acabava sendo absorvido pela gestão administrativa do órgão. Esta situação de duplicidade, Chefia de Departamento (administrativo)/Coordenador de Curso, ainda predomina em muitas instituições mesmo após o advento da nova LDB (Lei 9.394/96). Isto de certa forma prejudica o desempenho acadêmico do curso, pois, o perfil do coordenador do curso - eminentemente acadêmico - não é o mesmo da chefia puramente administrativa departamental e institucional.

Perfil e Funções do Coordenador de Curso: O Coordenador do Curso deve cuidar exclusivamente da gestão acadêmica do curso. Isto implica dizer que as funções administrativo-institucionais devem ficar à cargo de outros gerentes, o diretor da faculdade e os administradores do campus, conforme a estrutura regimental da instituição de ensino. O próprio MEC instituiu alguns indicadores para o perfil e funções do coordenador de curso, destacando os seguintes: A participação do Coordenador do Curso nos órgãos colegiados acadêmicos da IES.; Experiência profissional acadêmica; Experiência profissional não-acadêmica (relacionada ao curso); Área de Graduação (pertinência com o curso): Titulação - Dr/MS/Especialização (pertinência com a área do curso) e Regime de trabalho na Instituição.

Sobre o perfil do Coordenador de Curso é importante que, antes de tudo, seja um líder capaz de incentivar e favorecer a implementação de mudanças que propiciem a melhoria do nível de aprendizado, estimulando a crítica e a criatividade de todos os envolvidos no processo educacional. O Coordenador deve ser pro-ativo, com o perfil de um gestor de oportunidades, contrapondo-se ao de gestor de recursos, burocrata, cultor do status-quo, com atitudes apenas reativas.

Deve ser uma pessoa de amplo relacionamento tanto no meio acadêmico como na área profissional. Os contatos com dirigentes e profissionais de sucesso facilitam a promoção de intercâmbios e palestras para os alunos de seu curso. Deve ser ético, enérgico em suas ações, com decisões justas até mesmo na proposta de substituição de professores e colaboradores que não correspondam às expectativas do Curso.

A experiência docente do Coordenador de curso não é apenas desejável, mas sim necessária. O Coordenador deve ministrar aulas no curso que administra. A obrigação acadêmica em sala de aula com os alunos do curso, torna-o mais "esperto" e "compreensivo" nas questões aluno/professor, professor/professor, currículo, etc. Nenhum outro professor poderá alegar, por exemplo, que o Coordenador não está na linha de frente, no dia a dia da sala de aula.

A experiência profissional não-acadêmica, enfatizada pelo MEC em seus documentos de avaliação, também é de suma importância. Se o Coordenador de Curso já exerceu atividades profissionais relativas ao curso que gerencia terá, obviamente, uma melhor visão do mercado de trabalho e saberá, por conseguinte, melhor conduzir os objetivos do programa curricular. Sua experiência inspirará "confiança" e "credibilidade" por parte dos alunos e também dos professores. Sua experiência profissional, a qualificação acadêmica e a dedicação ao curso, aliados à sua capacidade de liderança lhe conferirão a desejável característica de "professor identificado com a profissão inerente ao curso". Os docentes reconhecem isto em seus pares e os alunos se simpatizam muito mais com os docentes que demonstram maior experiência no mercado de trabalho. Há, portanto, uma tendência de se valorizar o Coordenador de Curso que tenha experiência no mercado de trabalho, aquele que "encarna" a profissão para a qual o curso se propõe a formar seus alunos.

As atribuições do Coordenador de Curso estão divididas em três áreas de atuação, a gestão acadêmica / didático-pedagógica; gerência do curso, infra-estrutura e a gestão política e institucional do curso.

Em entrevista a esta matéria a Graduanda do curso de Ciências Sociais turma de 2012 Valdeane Moraes, que passou por duas gestões, afirma que entre as duas gestões a da Antiga Professora teve mais sucesso, pois a profissional lutava pelos direitos dos acadêmicos e se preocupava com o conforto dos mesmos em sala de aula, a acadêmica ainda relata que espera que o novo coordenador ou coordenadora se preocupe mais com o bloco C e lute pelo direito dos estudantes. Dentre os professores do colegiado do curso de Ciências Sociais a estudante preferiria a volta da gestão anterior.

Portanto acadêmicos de Ciências Sociais e outros cursos de humanas, como toda eleição deve-se escolher com cautela seus futuros coordenadores, ler a lei 9394/96 é uma boa dica para uma boa escolha. Até breve.

Revisão: Paulo Brito

OPRESSÃO CONTRA A MULHER

Uma pessoa oprimida é uma pessoa sem direitos e sem liberdade. A opressão contra as mulheres ainda é uma realidade em pleno século XXI. Apesar das lutas contra o machismo e o patriarcalismo nas empresas, na política, no esporte, na administração pública, na religião, na ciência, enfim, elas continuam sendo desrespeitadas, portanto, sofrendo um tratamento desigual.

O modelo patriarcal é, ainda hoje, vigente nas relações e nas instituições sociais. O exemplo desse tradicionalismo é marcado pelo papel feminino submisso ao papel masculino. Nas famílias, ainda hoje acredita-se que o homem deve ser o provedor do lar e a mulher, a cuidadora dos filhos e das atividades domésticas. No ambiente de trabalho, as mulheres estão sujeitas a diversos tipos de assédio; físico, moral, psicológico, etc.

Na Unifap, muitas mulheres já passaram por situações constrangedoras, principalmente nas festas que costumam acontecer no CV. Em decorrência disso, há uma constante mobilização feminista na universidade que repudia qualquer tipo de opressão contra as mulheres. Diante desses acontecimentos, foi levado à Ouvidoria da Reitoria vários relatos estudantes que sofreram assédio nas festas.

No dia 17 de agosto ocorreu na Unifap uma roda de conversa com o grupo de mulheres “Nós por Nós”, representantes da Reitoria, acadêmicas e Ouvidoria da universidade, neste momento foram definidas campanhas contra o abuso, assédio e violência contra as mulheres na universidade.

Revisão: Tom Reis



Fotógrafa: Luana Guedes

CAMPEONATO INTERCURSOS DA UNIFAP



Fonte: www.unifap.br

Teve início no dia 25 de junho de 2016, os jogos internos intercursos da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, na modalidade Futsal, a iniciativa partiu do acadêmico Neto Pereira, do Curso de Geografia, campus Marco Zero. O objetivo dos jogos é desenvolver a prática do esporte no campus universitário, provendo a interação entre os cursos e trabalhando conceitos de qualidade de vida e bem-estar social, entre acadêmicos, professores e técnicos da instituição.

Inscreveram-se na competição 32 equipes, entre os vários cursos que a instituição possui, porém, se inscreveram apenas cursos do Campus Marco Zero. O campeonato tem movimentado os corredores da universidade e a disputa saudável entre os cursos tem repercutido de forma positiva entre o corpo docente e discente. Na primeira fase se classificam apenas 2 equipes de cada grupo para as oitavas de final, assim sendo, 16 vencedores da fase inicial.

Para a equipe que representa o Colegiado de Ciências Sociais, esta atividade esportiva é um desafio a ser vencido, tentar mobilizar alunos que disponham de tempo livre para a prática da modalidade, haja vista que o cotidiano acadêmico exige muita dedicação por parte dos seus alunos, principalmente aqueles que trabalham ou participam da iniciação científica, e tornar-se de forma constante, a prática da atividade esportiva, é possível verificar essas dificuldades através dos relatos de alguns acadêmicos das diferentes turmas: *“nosso time tem dificuldade de reunir e treinar antes dos jogos, mesmo assim, iremos nos esforçar para representar nosso curso com excelência”* explica Erberson (aluno do curso de Ciências Sociais, turma 2013).

“A competição está sendo de muita importância, pois pode se detectar a existência de uma comunidade que pratica o futsal e outra que quer praticar o esporte, isso é muito bom para a instituição, esse fomento ao desporto da sua comunidade”. Afirma o organizador do campeonato, Neto Pereira.

Revisão por Ericka Marinho

FESTA DE ENCERRAMENTO DO PROJETO SARADAM NO CENTRO DE VIVÊNCIAS

As noites de sexta feira têm sido agitadas na UNIFAP. As festas ocorrem geralmente no Centro de Vivência, mas conhecido como CV. No último dia 12/08/2016 não foi diferente, com o encerramento do projeto SARADAM, o espaço virou point dos acadêmicos que ao sair da aula, davam uma paradinha pra curtir a festa. O evento foi organizado pelo colegiado de Geografia e a festa foi diversificada.



As festas são idealizadas pelos próprios universitários e conseguem reunir vários colegiados, pois os eventos são abertos ao público. Normalmente o objetivo é arrecadar fundos, já que nessas vibes, são comercializadas bebidas diversas e comidas em geral, mas rolam também beijos e amassos, além de muita diversão através de outros entretenimentos como: violão e voz, bandas dos próprios acadêmicos e música eletrônica. Os organizadores se empenham para proporcionar uma ótima festa.

Gostou da reportagem? Então acompanhe, e fique por dentro de tudo o que rola nas festas do CV com o nosso jornal SOCIONOTÍCIAS!

Revisão: Ericka Marinho



Fotos: Milena Valente

Editorial

Direção:

Emanuel Leal, Kaick Vasconcelos e Luana Darby

Diagramação:

Iriane Costa, Juliana Brandão, Karen Sousa, Pedro Cunha, Vagno David e Wellyngton Bezerra

Ilustração:

Erberson Aragão, Jonny Eurípedes, Juliana Lobato, Kaick Vasconcelos, Karla Hosy e Melissa Dias

Reportagens:

Carlene Hage, Charles Cardoso, Danilo Aguiar, Gabriela Coutinho, Jerfferson Pinto, Rayanne Pontes, Rita Cunha e Rosana Soares

Revisão:

Ericka Marinho, Luana Darby, Marcelo Pedrada, Paulo Brito, Patrícia Farias, Ricardo Teixeira e Tom Reis

Fotografias:

Daniel Caric, Ivanilda Alfaia, Joelma da Silva, Layza Bandeira, Luana Guedes, Marcus Peres, Maria das Neves e Milena Valente

